

Previdência passa com votos da oposição e sem mudanças

Roosevelt Pinheiro

REGISTRO DE COMPARECIMENTO - ITEM 1 DA PAUTA (PEC 67/2003)						26 de Novembro de 2003	15:29
AP JOSÉ SARNEY J. CAPIBERIBE PAPALÉO PAES	BA R. TOURINHO A. C. MAQALHÃES CÉSAR BORGES	DF YALMIR AMARAL E. CAMARGO PAULO OCTÁVIO	PA LUIZ OTÁVIO ANA JÚLIA DUCIOMAR	PR ALVARO DIAS FLÁVIO ARNS OSMAR DIAS	RR MOZARILDO AUGUSTO BOTELH ROMERO JUCÁ	SP E. SUPLYCY A. MERCADANTE ROMEUTUMA	Tempo 00:00:36
AM G. MESTRINHO ARTHUR VIRGÍLIO J. PÉRES	CE R. DUARTE PATRÍCIA GOMES T. JEREISSATI	MG AELTON FREITAS E. AZEREDO HÉLIO COSTA	PS NEY SUASSUNA EFRAIM MORAIS J. MARANHÃO	PI AMIR LANDO FÁTIMA CLEIDE VALDIR RAUPP	SC J. BORNHAUSEN IDELI SALVATTI LEONEL PAVAN	SE M. DO CARMO ALMEIDA LIMA A. C. VALADARES	

Durante nove horas, 46 senadores se revezaram na tribuna criticando ou defendendo a reforma

Célio Azevedo



O Senado aprovou ontem, em primeiro turno, o texto básico da reforma da Previdência, sem qualquer mudança na proposta que saiu da Câmara dos Deputados. A votação será encerrada hoje, pois ainda falta a decisão sobre dez requerimentos de senadores da oposição, que solicitam a votação de emendas de forma separada. O segundo e último turno está previsto para o início de dezembro. A reforma foi aprovada por 55 votos (o mínimo necessário era de 49) contra 25. Dos 55 votos favoráveis, 13 foram dados por senadores dos partidos de oposição – sete do PFL e seis do PSDB. Sem eles, a reforma não teria sido aprovada. Ocorrida 90 dias depois que a proposta chegou ao Senado, a votação foi precedida de longa discussão, da qual participaram 46 senadores.

Páginas 2 a 8

José Cruz



CASA CHEIA O painel indica a presença de 81 senadores, que acompanham o resultado da votação, presidida por Sarney

PREVIDÊNCIA Plenário deve concluir hoje, em sessão marcada para as 10h, exame da matéria, com votação de destaques. Na sessão de ontem, senadores se dividiram entre a defesa e a crítica da proposta

Senado aprova o texto básico da reforma

Exatamente 90 dias depois de ter recebido o projeto, o Senado aprovou ontem, em primeiro turno, o texto básico da reforma da Previdência Social, sem qualquer mudança na proposta que saiu da Câmara dos Deputados. Mas a votação só será encerrada hoje, pois ainda falta a decisão sobre dez requerimentos de senadores opositoristas, que querem a votação de emendas de forma separada. O segundo e último turno deve ocorrer no início de dezembro.

A reforma foi aprovada por 55 votos (o mínimo exigido era 49) contra 25. Dos 55 votos favoráveis, 13 foram dados por senadores de partidos da oposição – sete do PFL e seis do PSDB. Sem eles, a proposta não seria aprovada. A base do governo teve cinco dissidências, sendo três do PMDB, uma do PTB e uma do PT (Heloísa Helena, de Alagoas). Os peemedebistas são os senadores Sérgio Cabral (RJ), Mão Santa (PI) e Papaléo Paes (AP). O dissidente do PTB foi Duciomar Costa (PA). Só dois partidos fecharam questão na matéria – o bloco governista a favor (PT-PSB-PTB-PL) e o PDT contra. Os outros liberaram seus senadores.

Foi uma longa sessão – de nove horas de duração –, quando 46 senadores se revezaram na tribuna defendendo ou criticando a reforma – a maioria com críticas. As galerias estavam lotadas de servidores públicos e aposentados, que várias vezes aplaudiram os discursos dos opositoristas e ensaiaram vaias para alguns gover-

nistas. No final, inconformados com a votação, viraram as costas para o Plenário e deixaram as galerias cantando o Hino Nacional.

Os discursos mais veementes foram dos líderes, na crítica ou na defesa da reforma. As senadoras Heloísa Helena e Serys Slhessarenko (PT-MT) fizeram os pronunciamentos mais emocionados e chegaram a chorar. Heloísa Helena foi aplaudida de pé por servidores e aposentados, apesar da proibição regimental de manifestações pelas galerias. Coube a Paulo Paim (PT-RS) um dos últimos discursos e ele só revelou seu voto no final, quando disse que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva lhe garantiria que “a emenda paralela não é de brincadeira”. Para ele, o governo atendeu a 80% de suas reivindicações e senador disse saber que em “nenhuma negociação um dos lados ganha tudo”.

Mudanças de posição

Também ganharam aplausos os líderes das oposições, José Agripino (PFL-RN) e Arthur Virgílio (PSDB-AM). O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), ironizou em discurso os aplausos aos líderes opositoristas, lembrando que eles foram vaiados durante a votação da reforma previdenciária do governo Fernando Henrique Cardoso, em 1998. Mercadante leu trechos do filósofo italiano Norberto Bobbio sobre a responsabilidade ética e política de quem chega ao poder.

– Nosso discurso não é mais o mesmo. Mas, por quê? Pela responsabilidade de quem che-



DECISÃO Votação pelo Plenário, em primeiro turno, foi antecedida de demorado debate da proposta

ga ao poder. Quem chega ao poder tem responsabilidades com o Estado e tem de abrir mão de suas convicções pessoais – sustentou Mercadante.

Além de citar as dificuldades financeiras do atual governo, que tem de “pagar juros sobre uma dívida pública monstruosa feita pelo governo passado”, Aloizio Mercadante também leu frases de um discurso do então líder do governo Fernando Henrique, Arthur Virgílio, durante a discussão da reforma da Previdência de 1998.

– Nós mudamos. Mas o senador Arthur Virgílio também não mudou? – questionou.

Virgílio respondeu:

– Mas a reforma do governo Fernando Henrique não foi perversa com servidores e aposentados. Eu poderia ler aqui todos os discursos de Mercadante contra a reforma da Pre-

vidência – disse.

Emendas paralelas

A sessão começou pouco antes das 11h, com a discussão e votação de um requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para que o relator da reforma da Previdência, senador Tião Viana (PT-AC), pudesse transferir 112 emendas à reforma para criar uma nova proposta de mudança constitucional, que passou a ser conhecida como segunda emenda paralela.

Já existe uma primeira emenda paralela, que tramita na CCJ e contém as mudanças que o governo aceitou na reforma. Com isso, depois de concluída a votação no Senado, a reforma poderá ser promulgada (por não conter alterações no texto votado pelos deputados), enquanto as duas emendas paralelas serão anexadas. Depois de

votadas no Senado, elas serão enviadas ao exame dos deputados. Essas novas emendas constitucionais prevêem que os atuais servidores públicos receberão, quando se aposentarem, os mesmos reajustes dados aos ativos (paridade), inclusive decorrentes de mudança em planos de carreira.

Outras mudanças: permissão para que deficientes físicos se aposentem cinco anos mais cedo; concessão de 60 dias para que os governadores enviem projetos de lei às assembleias legislativas aumentando seus salários; controle social das previdências; inclusão das donas-de-casa na Previdência Social; e duplicação do valor considerado limite para cobrança da contribuição de 11% de aposentados e pensionistas, desde que eles sejam portadores de doenças incapacitantes.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg

Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade

Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670

Edição: Marcos Magalhães e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Agenda

Plenário

O Plenário retoma hoje, às 10h, a votação da proposta de emenda à Constituição que altera a Previdência (PEC nº 67/03). Serão votados os destaques ao projeto, já que o texto básico foi aprovado na sessão de ontem. Depois que concluírem a votação, os senadores iniciam a discussão, em primeiro turno, da reforma tributária (PEC nº 74/03).

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

PREVIDÊNCIA

Aumento do tempo de contribuição e da idade para aposentadoria integral, cobrança dos inativos e teto salarial para todos os funcionários públicos fazem parte do texto aprovado ontem



DEBATE ACALORADO Em sessão de nove horas e que contou com a presença de 81 senadores, foi aprovada, em primeiro turno, a proposta como veio da Câmara



CONDUÇÃO Sarney (na foto com o líder do governo, Aloizio Mercadante) suspendeu a sessão após a votação do texto principal, retomando hoje o exame dos destaques

Novas regras para aposentadoria do servidor

A REFORMA PREVIDENCIÁRIA APROVADA ONTEM, EM PRIMEIRO TURNO, PELO PLENÁRIO DO SENADO ALTERA AS REGRAS PARA APOSENTADORIA DE FUNCIONÁRIOS FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS, APOSENTADOS E FUTUROS SERVIDORES. AINDA DEVEM SER EXAMINADOS DEZ DESTAQUES PARA VOTAÇÃO EM SEPARADO DE EMENDAS QUE MUDAM O TEXTO.

ATUAIS SERVIDORES

- Somente terão aposentadoria integral (valor do último salário) desde que tenham atingido as seguintes condições, cumulativas:
 - 60 anos de idade (homem) e 55 anos (mulher);
 - 35 anos de contribuição (homem) e 30 anos (mulher);
 - 20 anos de efetivo exercício no serviço público, sendo dez na carreira e cinco no cargo. Esse aposentado terá uma espécie de "paridade parcial" com os ativos: seus proventos receberão apenas os reajustes gerais dados ao funcionalismo.
- Quem quiser se aposentar antes de completar as idades de 60 e 55 anos (homem e mulher) deve cumprir os outros requisitos e pagar um redutor de 3,5% para cada ano antecipado, se pedir o benefício até 31 de dezembro de 2005, ou de 5% por ano a partir dessa data. A antecipação máxi-

ma é de sete anos. No entanto, o valor que servirá de base para a aposentadoria levará em consideração as contribuições previdenciárias efetivamente feitas, inclusive ao INSS (se trabalhou antes na iniciativa privada). Uma lei ordinária definirá como serão atualizadas essas contribuições. Nesse caso, o aposentado perde a paridade ativo-inativo.

- Quem já tem direito a aposentadoria proporcional ou integral poderá se aposentar com base na atual Emenda Constitucional nº 20/98, que fixa as idades de 53 anos (homem) e 48 anos (mulher), com exigências de tempo de contribuição e de serviço público. Se quiser continuar trabalhando, poderá optar (por ocasião de sua aposentadoria) pelo valor a que teria direito na véspera da promulgação da atual reforma ou pela nova legislação. Se optar pelas condições da Emenda nº 20/98, terá direitos adquiridos, inclusive sobre a paridade.

FUTUROS SERVIDORES

- Quem entrar para o serviço público depois da reforma terá aposentadoria paga pelo Estado limitada a R\$ 2.400. Se quiser aumentar a renda na velhice, precisará contribuir para um fundo de previdência complementar dos servidores. No cálculo de sua aposentadoria entram as contribuições feitas ao INSS, se tiver trabalhado em empresas privadas. A atualização dessas contribuições será defini-

da por lei. Não terá direito à paridade ativo-inativo e lei ordinária fixará seus reajustes, para não ocorrer perda de poder aquisitivo.

COBRANÇA DE INATIVOS

- Será cobrada taxa previdenciária de 11% de todos os aposentados e pensionistas, mas incidindo apenas sobre a parcela que exceder a R\$ 1.200 (no caso de aposentado estadual) e R\$ 1.440 (servidor federal). Os futuros servidores só pagarão a contribuição, quando se aposentarem, sobre o que exceder a R\$ 2.400 (no caso, sobre a aposentadoria complementar).

PENSIONISTAS

- Pagarão alíquota previdenciária (11%) sobre a parcela que exceder a R\$ 1.200 (estados) e R\$ 1.440 (União). As novas pensões serão integrais até R\$ 2.400, acrescidas de 70% do valor que superar esse limite. Detalhe: os valores que passarem dos R\$ 2.400 não terão mais a paridade ativo-inativo. Uma lei ordinária definirá como esse excedente será corrigido.

ABONO DE PERMANÊNCIA

- Todo servidor que atingir condições de pedir aposentadoria terá um abono de permanência equivalente aos 11% da contribuição previdenciária. Hoje, o abono só é dado a quem soma condições para aposentadoria integral. Com a reforma, o abono será dado também a quem atingir, até a data da promulgação da emenda, condi-

ções para pedir aposentadoria proporcional (com base na Emenda nº 20/98). A aposentadoria proporcional só existirá até a véspera da promulgação da atual reforma. Depois, existirá o redutor para antecipações.

TETO PARA TODOS

- Depois da promulgação da reforma, ninguém poderá receber no serviço público mais que ministro do Supremo Tribunal Federal (atualmente, R\$ 17.100). Mas haverá três subtetos nos estados e um em cada município. O teto dos servidores do Executivo estadual será o salário de governador; nos municípios, de prefeito; no Legislativo estadual, o limite é o salário de deputado estadual; no Judiciário estadual, o subteto equivalerá a 90,25% do salário de ministro do STF.

ATENÇÃO – O teto e os subtetos valem para os militares das Forças Armadas, das polícias militares e corpos de bombeiros. O teto é a soma de tudo que o servidor ou aposentado recebe.

SEGURADOS DO INSS

O limite do salário de contribuição passará de R\$ 1.863 para R\$ 2.400. Com isso, a aposentadoria máxima do INSS vai ter esse valor. No entanto, como o valor da aposentadoria no INSS é a média das contribuições feitas desde meados de 1994, na prática serão necessários alguns anos para que uma pessoa chegue ao novo limite do INSS.

PREVIDÊNCIA

Inconstitucionalidade e prejuízo para servidores e inativos são apontados por opositores da proposta. Já os defensores do projeto destacam a importância, para o país, das mudanças na Previdência

Fotos: Roosevelt Pinheiro

BORNHAUSEN



Taxação dos aposentados é inconstitucional

Primeiro a discutir a proposta antes da votação, o senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) afirmou que o texto da reforma da Previdência está “eivado” de inconstitucionalidades, como no caso da cobrança dos inativos.

Bornhausen exibiu um estudo de autoria do presidente do PMDB, Michel Temer (SP), mostrando que as aposentadorias do serviço público constituem um ato jurídico perfeito, o que impede a contribuição.

JOSÉ JORGE

Texto repleto de problemas e sem inovações

O senador José Jorge (PFL-PE) apelou para que os parlamentares votassem de acordo com sua consciência, fazendo as mudanças necessárias, mesmo que isso implique o retorno da reforma à Câmara. Ele conclamou os servidores a acompanharem a votação das emendas.

A seu ver, o texto é repleto de problemas, e não traz inovações. “Nós nos esforçamos, mas o relator não aceitou as emendas, nem dos senadores da base governista”.



MÃO SANTA



Subtração de direitos adquiridos

Para o senador Mão Santa (PMDB-PI), a PEC nº 67 é estelionatária, “porque rouba direitos adquiridos”. O parlamentar disse que era preciso “ouvir a voz rouca das ruas”, seguindo o que dizia Ulysses Guimarães.

Mão Santa afirmou que votaria contra, inclusive por obediência ao presidente do PMDB, Michel Temer, que “mostrou a inconstitucionalidade da proposta”. E destacou que há fatos que só ocorrem uma vez: “Nascer, morrer e votar no PT”.

GARIBALDI

Problema do sistema não se resume ao déficit

Manifestando seu voto favorável à proposta, o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) afirmou ser preciso resolver o problema da Previdência que, em sua avaliação, não se resume à questão do déficit.

Garibaldi lembrou que, em 1996, a União, os estados e os municípios gastavam R\$ 46 bilhões, ou 52% das suas despesas totais, com previdência, para atender 2,87 milhões de brasileiros, não mais do que 15% da população previdenciária.



PAPALÉO PAES



Prejuízo para servidores e pensionistas

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) voltou a condenar a proposta de reforma, classificando-a de contrária ao servidor público, aos aposentados e aos pensionistas.

Papaléo disse que o presidente Lula mostrou-se insensível não somente para com os servidores públicos. O senador acrescentou que a falta de sensibilidade do governo se estende aos idosos, citando o episódio do recadastramento dos segurados a partir de 90 anos de idade.

ALVARO DIAS

“Demonstração de intolerância e arrogância”

Na opinião do senador Alvaro Dias (PSDB-PR), a data da votação da PEC da Previdência será lembrada como “dia de lamentação e de demonstração da intolerância e da arrogância política do governo”.

Para o senador, a reforma do sistema previdenciário poderia realizar a verdadeira justiça social de que o país precisa. No entanto, disse, o que ocorreu nesse episódio “foi uma sucessão de equívocos e uma seleção de injustiças”.



Jane de Araújo

DEMOSTENES



Proposta com muitos pontos problemáticos

Ressalvando que ninguém duvida da necessidade de uma reforma previdenciária, o senador Demostenes Torres (PFL-GO) assinalou que o governo deveria levar em conta a dor dos funcionários e dos que dedicaram a vida ao serviço público.

Ele citou muitos pontos que considera problemáticos na reforma. E criticou o argumento de que o Brasil deve seguir o exemplo dos países em que os servidores recebem menos quando se aposentam.

SÉRGIO CABRAL

Mês marcado pela maldade contra os idosos

Este mês de novembro ficará marcado como mês da maldade contra os idosos, disse o senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), ao referir-se a mudanças contidas na reforma da Previdência e ao recadastramento exigido pelo governo aos cidadãos de mais de 90 anos.

– O governo fez esses idosos saírem de casa para demonstrar que não eram fraudadores e, agora, o Senado está votando uma reforma que vai contra o conceito de Estado democrático.



LEONEL PAVAN



Coerência com o passado político

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) lamentou que vários parlamentares tenham se “rendido à pressão do governo” para aprovar o texto da reforma. Ele afirmou que recebeu apelos de servidores para votar contra a proposta e que sua posição contrária é coerente com o seu passado político.

– A pressão do governo fez com que muitos se rendessem, se ajoelhassem. Mas alguns heróis expuseram suas carnes para serem cortadas, mas não se renderam.

OSMAR DIAS

Mudança não é boa para a sociedade

Com a afirmação de que a mudança na Previdência não é boa para a sociedade e nem para o serviço público, o senador Osmar Dias (PDT-PR) pediu que os parlamentares não abandonassem o caminho da coerência e da sinceridade.

Osmar Dias se manifestou contrário à cobrança de contribuição dos inativos, o subteto vinculado aos salários dos governadores e as regras de transição, por punirem os que estão prestes de se aposentar.



NEY SUASSUNA



PMDB deseja assegurar melhores regras

Em seu pronunciamento, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) anunciou que seu partido ainda vai debater no Senado pontos da reforma da Previdência Social para garantir melhores regras no que diz respeito à contribuição dos inativos, ao redutor para pensões, à paridade entre ativos e inativos, ao subteto das aposentadorias nos estados e à regra de transição.

– Não faremos o ideal, mas o que é possível, o melhor para o Brasil.

MAGUITO

Brasil pede mudanças estruturais

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) lembrou que há muito tempo o país pede mudanças estruturais e que todos os candidatos à Presidência da República prometeram empenhar-se por elas.

Ele afirmou que, se a reforma não é a ideal, que ela seja melhorada, “mas sem amaldiçoá-la”. Maguito elogiou ainda o presidente Lula por sua história de vida e pela coragem de encaminhar as reformas logo no início de seu mandato.



PREVIDÊNCIA

Pronunciamentos a favor ressaltaram aspectos como limites para avanços e esforço para corrigir distorções. Já a oposição apontou o pequeno impacto que as mudanças provocarão na economia

Fotos: Roosevelt Pinheiro



RAMEZ TEBET

Esta é a reforma possível no momento

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) defendeu a aprovação da emenda paralela por entender que abre o caminho para suavizar os efeitos da re-

forma da Previdência.

Apesar de ter criticado a proposta do governo e oferecido emendas, Tebet argumentou que era preciso aprová-la, junta-

mente com a paralela, para que se chegasse a um acordo. Isso permitiu a inclusão de artigos estabelecendo regras de transição e paridade en-

tre os salários da ativa e os benefícios previdenciários.

– Esta é a reforma possível no momento – afirmou o senador.

JEFFERSON PÉRES

Votos mostram interesse nos ministérios

Um Parlamento “menos retórico e mais autêntico, mais honesto e mais verdadeiro – é só o que não se vê aqui”. Assim o senador Jefferson Péres (PDT-AM) deu início a seu discurso contra a proposta de reforma da Previdência.

Para ele, muitos discursos seriam diferentes “se não recebessem o ministério que desejam”, e se “suas verbas não fossem liberadas”.

– Quantos votos a reforma da Previdência receberia se o Planalto informasse agora que não haveria mais mudança nos ministérios? – indagou.

De acordo com Jefferson, a proposta não irá cortar privilégios dos que recebem salários mais elevados e não irá beneficiar funcionários mais modestos. Ele observou que na PEC paralela “as vantagens indiretas ficarão”.



ANA JÚLIA

Transformações são construídas no processo coletivo



EDUARDO SUPLICY

Proposta faz justiça ao corrigir distorções

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) manteve sua fidelidade à proposta do governo de mudanças na Previdência. Ele disse entender que a reforma necessita de aperfeiçoamentos, mas acredita que trará justiça ao corrigir distorções como o pagamento de aposentadorias

MESQUITA JÚNIOR

Governo deveria ter iniciado pela reforma agrária

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) anunciou seu voto a favor da reforma da Previdência porque o mandato não lhe pertence, mas ao povo do Acre, que o enviou ao Senado para apoiar o governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Mas disse que, pessoalmente, considera equivocada a supressão de direitos e conquistas de servidores públicos contida na reforma, como paridade, contribuição de inativos e a ausência de uma transição justa.



– Acho errado também começar a reforma do Estado justamente pelo setor mais frágil, os servidores públicos e os trabalhadores em geral. A agenda do governo Lula deveria ter começado por uma reforma agrária efetiva, que acabasse de vez com a injusta estrutura rural do país – afirmou Mesquita Júnior. Ele também argumentou que outro ponto da agenda inicial deveria ser uma revolução educacional de caráter universal.

JUVÊNCIO DA FONSECA



Brasileiros terão seus direitos atingidos

O senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS) disse que o governo está cometendo “uma desumanidade” com os milhões de brasileiros que terão seus direitos constitucionais atingidos com a reforma da Previdência.

– O trabalhador passa a vida pensando que está protegido pela Constituição e, justamente quando está mais frágil, no momento da aposentadoria, quando precisa de paz e tranquilidade, recebe um golpe desses – afirmou.

Juvêncio lembrou que quando foi prefeito de Campo Grande (MS) promoveu uma reforma da Previdência, mas teve o cuidado de garantir direitos adquiridos, principalmente a paridade de ativos e inativos.

Para ele, a apresentação da PEC paralela é “uma fuga ao debate”.

JOSÉ AGRIPINO

Economia com a reforma será pífia

O líder do PFL, José Agripino (PFL-RN), garantiu que a economia do governo com a reforma da Previdência será de apenas R\$ 2 bilhões por ano. Por outro lado, para cada ponto percentual de queda na taxa Selic, o governo economizaria R\$ 6 bilhões anuais no pagamento do serviço da dívida interna, comparou.

– Não posso aceitar esse massacre de aposentados, pensionistas e servidores públicos para ob-



ter resultado econômico tão píffio – argumentou.

Agripino afirmou que a Emenda Constitucional nº 20, aprovada no governo Fernando Henrique, estabelecia um pedágio de mais 20% no tempo para a aposentadoria e a criação de um fundo de previdência complementar para que os servidores pudessem se ressarcir de eventuais prejuízos. Mesmo assim o PT votou contra, lembrou.



ARTHUR VIRGÍLIO

Lágrimas mostram “travo do autoritarismo”

Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB, anunciou seu voto contra o projeto de reforma da Previdência, mas garantiu que seu partido não fecharia questão porque é formado de homens e mulheres livres para votar como mandarem suas consciências.

– É nas lágrimas das senadoras do PT Heloísa



momento”.

– Não acredito no bloco do “eu sozinho”, mas sim que as transformações são construídas dentro de um processo coletivo – afirmou.

Ao manifestar seu voto favorável à reforma da Previdência, a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) explicou que aprendeu durante sua militância política que a união e a

ação coletiva são fundamentais na defesa das reivindicações. Ela acrescentou que não acredita em mudanças profundas na sociedade sem que haja, para conduzi-las,

um partido forte e vinculado às lutas sociais.

Ana Júlia disse ser “uma mulher de partido, que vota com o partido”, acrescentando que “não poderia ser diferente, neste

PREVIDÊNCIA

Senadores expressaram opiniões divergentes sobre a proposta. Para alguns, as mudanças são perversas em relação ao servidor público. Outros as consideram necessárias para crescimento do país

DUCIOMAR COSTA



Manobras provocaram confusão

O senador Duciomar Costa (PTB-PA) disse que não queria votar contra a reforma da Previdência, mas que “as manobras regimentais” acarretaram confusão, dificultando o posicionamento claro dos parlamentares. Por isso, declarou, votaria contra a reforma.

– Hoje estou no bloco que apóia o governo. Não queria votar contra a PEC. Mas não posso ficar em dúvida diante da população. É ao povo que devo fidelidade – argumentou.

LÚCIA VÂNIA

Proposta é perversa com o servidor inativo

Apesar de reconhecer que a reforma da Previdência corrige privilégios e distorções, a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) disse não aceitar que a proposta fira direitos adquiridos conquistados ao longo dos anos pelos servidores públicos, como a paridade dos vencimentos entre ativos e inativos. – A PEC nº 67 é também perversa quando institui a contribuição para os inativos e não cria regras de transição justas para os servidores – salientou Lúcia Vânia.



IDELI SALVATTI



Texto assegura uma sociedade mais justa

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) afirmou que a reforma da Previdência é indispensável para assegurar uma sociedade mais justa e um Estado mais viável, mas reconheceu que alguns setores terão prejuízos. Segundo ela, a PEC paralela será o caminho para possibilitar o aperfeiçoamento da proposta.

Ideli considera que a reforma é moralizadora, porque atenua as diferenças entre trabalhadores da iniciativa privada e do serviço público.

SIBÁ MACHADO

Ajuste do Estado está apenas começando

O senador Sibá Machado (PT-AC) ressaltou que a reforma da Previdência é apenas o início do processo de ajuste do Estado. Conforme disse, somente depois de serem aprovadas as várias reformas é que será possível ter uma idéia do conceito de Estado que o PT quer implantar, com o objetivo de melhorar o bem-estar da maioria da população.

Para Sibá, o conceito de direito adquirido pode ser quebrado quando dispositivos da Constituição são modificados.



ANTERO DE BARROS



Vários princípios constitucionais serão feridos

“Não é possível que a Constituição não seja respeitada, não é possível que neste país o único contrato que valha seja o acordo com o FMI”, disse o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) ao posicionar-se contra a reforma da Previdência. O parlamentar entende que o texto fere vários princípios constitucionais.

– Essa sessão vai ser um dos dias mais tristes da história do Senado. Vai ser o dia em que o Senado subalternizará o seu papel – assinalou.

SERYS SLHESARENKO

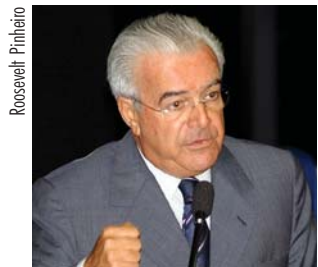
Voto favorável contraria os princípios do PT

“Votar a favor da PEC se constitui, para mim, uma violência. Não só aos princípios que sempre defendi, mas, sobretudo, aos princípios que meu partido sempre defendeu”, ressaltou a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) ao informar seu voto favorável à reforma da Previdência. Ela disse lamentar que a proposta agride direitos que nunca foram questionados pelo PT.

– Busco não romper com o partido e nem com o governo – esclareceu.



FERNANDO BEZERRA



Mudanças podem garantir o crescimento

O senador Fernando Bezerra (PTB-RN) disse acreditar que a reforma da Previdência pode garantir uma estabilidade financeira de forma a proporcionar crescimento econômico sustentável e gerar empregos.

Ele informou que este ano o Brasil terá apenas R\$ 2 bilhões para investimentos, quando gastará R\$ 220 bilhões com o serviço da dívida e com a cobertura do déficit da Previdência. “Não é a reforma dos nossos sonhos, mas é a possível.”

A. C. VALADARES

Compromisso com o PSB para votar a favor

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) disse que assumiu com o PSB o compromisso de votar a favor da reforma da Previdência, mas assinalou que está registrada em ata da reunião do partido a sua discordância em relação a questões como taxaço de inativos, subteto e paridade.

Se os estados tivessem aproveitado os recursos obtidos com a privatização para criação de fundos de aposentadoria, talvez essa situação não estaria ocorrendo, frisou.



FÁTIMA CLEIDE



PEC permitirá promover a justiça social

A realidade vivida por aposentados e pensionistas que recebem apenas um salário mínimo de benefício mensal motivou a senadora Fátima Cleide (PT-RO) a declarar seu voto, com “firmeza, serenidade e tranqüilidade”, favorável à aprovação da proposta.

– Tenho confiança de que a PEC vai nos permitir fazer justiça social no país – afirmou. A senadora, no entanto, admite que a proposta precisa ser aperfeiçoada pela emenda paralela.

PAULO OCTÁVIO

Efeitos serão devastadores no serviço público

Se a aprovação da reforma da Previdência vai produzir um resultado “pífio” do ponto de vista fiscal, seus efeitos serão devastadores sobre o serviço público do país. A crítica partiu do senador Paulo Octávio (PFL-DF).

O senador acusou a base parlamentar do governo de falta de sensibilidade ao eleger o servidor público como vilão e esquecer-se de combater as fraudes e a sonegação, que, afirmou, correspondem a 43% da arrecadação da Previdência.



ALMEIDA LIMA



Caiu a máscara do Partido dos Trabalhadores

O senador Almeida Lima (PDT-SE) declarou que o PT tinha uma postura dissimulada na oposição e que, no governo, é o “Partido da Máscara Caída”.

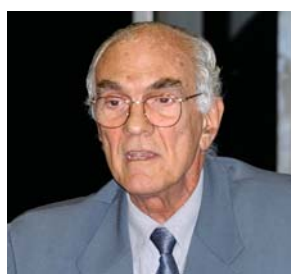
Na discussão da emenda que reforma a Previdência dos servidores públicos, Almeida Lima ressaltou que a mentira, embutida em um discurso bonito, “sempre foi o ideário do PT”. Na sua opinião, o que o partido faz agora é “apunhalar a mulher idosa, o negro, o trabalhador”.

ROBERTO SATURNINO

Alteração é necessária para gerar recursos

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) disse que votaria a favor da proposta de emenda à Constituição que reforma a previdência dos servidores públicos porque “ela é necessária para viabilizar a situação nos estados e para gerar recursos para o atendimento de 120 milhões de brasileiros que não são socialmente organizados”.

Saturnino anunciou seu voto favorável também pela “consciência política” e pela “ética da responsabilidade”.



PREVIDÊNCIA

Nos debates que antecederam a votação da emenda, senadores da base de apoio ao governo cobraram o compromisso de que a PEC paralela contemple mudanças acertadas pelos líderes

Célio Azevedo



FLÁVIO ARNS

Um dia muito triste para o Congresso Nacional

A data da votação da reforma da Previdência ficará marcada como um dia muito triste para o Congresso e a sociedade brasileira, disse o senador

Flávio Arns (PT-PR), lamentando a falta de um debate mais aprofundado sobre a proposta. Ele considera injustas algumas modificações.

– Muitas pessoas se programaram e organizaram suas vidas em função de um contrato que foi estabelecido com o poder público. Agora estamos

dizendo que esse contrato não vale mais.

Arns também discorreu da adoção da emenda paralela para modificar pontos da proposta.

JOÃO CAPIBERIBE

Desigualdades no regime previdenciário

O senador João Capiberibe (PSB-AP) ressaltou as desigualdades entre os diversos regimes que formam o sistema previdenciário brasileiro, que vão muito além, a seu ver, da divisão entre regime público e privado. O senador também disse acreditar na promessa do líder do PT, senador Tião Viana (PT-AC), de que a PEC nº 77, a chamada PEC paralela, garantirá transparência e controle rígido para a Previdência Social.

Os regimes de aposentadoria, friso, são desiguais em termos de cotização, benefícios, vantagens e tempo de serviço. Capiberibe afirmou que há desigualdades entre o setor público e o privado; entre assalariados e não assalariados; e entre civis, militares, magistrados, legisladores e funcionários em geral.



PEDRO SIMON

Cobrança do compromisso de Lula com a PEC paralela

Pedro Simon (PMDB-RS) cobrou do presidente Lula os compromissos assumidos para que se chegasse a um acordo em torno da reforma da Previdência. Apesar de la-

mentar a falta de debate dos diversos pontos da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 67, Simon disse que votaria na esperança de que a PEC nº 77 (paralela) pos-

sa avançar na garantia dos direitos dos trabalhadores prejudicados pela reforma.

Ele lembrou que não se trata apenas de diminuir os prejuízos para os ser-

vidores públicos, mas de incluir na Previdência Social os 30 milhões de brasileiros que trabalham sem carteira assinada e não contribuem para a sua aposentadoria.



Fotos: Rosewell Pinheiro



EFRAIM MORAIS

Descrença nas promessas do governo

Efraim Moraes (PFL-PB) afirmou que não acredita na promessa do governo, de que vai aprovar a chamada PEC paralela com as emendas que tratam da paridade, da contribuição de inativos, do subteto e das regras de transição. Ele lembrou declarações contrárias à

reforma da Previdência dos então deputados José Dirceu, José Genoíno e Ricardo Berzoini e as comparou às declarações exatamente opostas, dadas depois que Lula assumiu a Presidência.

– Como posso acreditar na imaginária PEC nº 77 e na palavra do governo quando o presidente do PT (José Genoíno) dizia: “Essa é a medida provisória (taxação de inativos) da perversidade, da maldade, da insensibilidade, da falta de consciência cívica de um Congresso”, e agora diz que “a taxação de inativos é um imperativo de responsabilidade e justiça social”.

AMIR LANDO

Respeito ao interesse público

O clamor do país por justiça social, que na opinião do senador Amir Lando (PMDB-RO) seria a essência da proposta de reforma da Previdência, levou-o a defender a aprovação da matéria.

– É preciso reduzir as vantagens excessivas de alguns em benefício de todos – defendeu, observando que o respeito ao interesse público e a construção de um país mais justo só podem ser alcançados com o esforço geral da sociedade.

Um dos pontos polêmi-



cos da reforma, comentado por Lando, foi o aumento da idade mínima para aposentadoria. Em um país que segue a tendência mundial de longevidade da população, o senador sustentou que não é possível mandar para a inatividade quem está apto a trabalhar. A idade mínima para aposentadoria fixada pela Constituição, que hoje é de 48 anos para as mulheres e 53 para os homens, passa para 55 anos e 60, respectivamente.

VALDIR RAUPP



População apóia proposta do governo

Ao registrar seu apoio à reforma da Previdência, Valdir Raupp (PMDB-RO) afirmou que mais de 70% da população estaria favorável a sua implementação. Assim como outras nações já experimentaram mudanças em seu sistema previdenciário, o Brasil também precisaria do gesto do Congresso em favor de medidas consideradas necessárias para que o Brasil volte a crescer.

Não obstante, Raupp acredita que algumas questões, motivo de impasse na discussão da matéria, precisam ser tratadas em uma proposta paralela. Esse é o caso do subteto, da paridade entre ativos e inativos e da fixação de regras de transição para os trabalhadores do setor público, além da não-taxação de deficientes e portadores de doenças crônicas.

MARCELO CRIVELLA

PL votará contra taxação de inativos

Marcelo Crivella (PL-RJ) disse que seu partido votará contra a taxação dos inativos

Segundo o senador, o PL fez uma proposta para que a tributação dos inativos fosse retirada da PEC, mas o ministro da Previdência Social, Ricardo Berzoini, manifestou-se contrário à medida, uma vez que a cobrança aumentará em R\$ 400 milhões a receita da Previdência. O partido então propôs que não



fossem taxadas as pessoas portadoras de doenças incapacitantes, proposta acolhida, mas na PEC paralela, que reúne os itens que não obtiveram consenso no Senado.

Crivella afirmou que o PL sabe que a aprovação da PEC é inevitável, pois do contrário haverá um colapso na previdência dos servidores públicos, primeiramente nos estados, depois nos municípios e no governo federal.



PAULO PAIM

Confiança na promessa do presidente

Paulo Paim (PT-RS) anunciou seu voto favorável à aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que altera o sistema de previdência dos servidores públicos. Ele lamentou que muitas de suas reivindicações tenham ficado para a votação da PEC paralela, que reuniu as propostas sem

consenso no Senado. Mas destacou a garantia dada pelo presidente Lula de que esta PEC será votada até janeiro do ano que vem.

Paim reclamou das regras de transição para os que já têm tempo de serviço para se aposentarem, assim como do subteto salarial para os estados. Também lamentou a ausência da paridade entre os servidores ativos e os aposentados, outra questão que será definida na PEC paralela. Da mesma forma, entende Paim que os portadores de deficiência ou aposentados por invalidez ou doença permanente não devem ser taxados.

PREVIDÊNCIA

Os motivos que levaram os partidos a apoiar a reforma ou votar contra ela são expressados por senadores. Os argumentos vão de governabilidade a promessas de campanha eleitoral

SÉRGIO ZAMBIASI

Um gesto de confiança no presidente Lula

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) disse que, ao votar a favor da reforma da Previdência, estava na verdade depositando mais um voto no presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em quem já havia apoiado nas eleições.

– É preciso dar condições aos governadores para que implantem seus programas de governo e possam governar – argumentou.

Zambiasi, que falou logo depois da senadora Heloísa Helena (PT-AL), elogiou o discurso emocionado da colega, mas frisou que “é preciso tomar uma decisão, e essa decisão não pode ser tomada na base da emoção do momento, mas da racionalidade”. O senador acrescentou que acompanhava o voto dos colegas gaúchos, ao se manifestar em favor da reforma pela necessidade de Estado.



Waldemar Rodrigues



Roosevelt Pinheiro

Voto coerente com as posições históricas do PT

Na tribuna do Senado, com seu voto já definido contra a reforma da Previdência, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) só descumpriu uma promessa, feita à mãe, dona Heloísa – não chorar. Bastante aplaudida por ocupantes das galerias e por colegas, a parlamentar

ALOIZIO MERCADANTE

Limitações levaram partido a mudar discurso

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), reconheceu que o partido mudou de posição sobre vários temas após assumir o governo. Segundo disse, foram as limitações das finanças públicas que forçaram o PT a modificar o discurso, já que o espaço de ação política não é tão grande quanto seus líderes gostariam.

Mercadante leu discurso do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), quando este era líder do governo Fernando Henrique Car-

HELOÍSA HELENA

explicou que votava coerentemente às posições históricas do Partido dos Trabalhadores com relação à Previdência Social.

Ao criticar as duas emendas da Previdência em tramitação – a que foi votada ontem e a paralela –, a senadora lembrou seu passado de líder do PT e os seis anos durante os quais votou contra a taxação dos inativos e o corte de aposentadorias dos servidores.

– Hoje é um dia triste para mim, mas ao mesmo tempo estou feliz. Sou uma mulher livre. Não me sinto prisioneira dos cárceres do poder – afirmou a senadora.



Roosevelt Pinheiro

doso, mostrando que ele também defendia conceitos que hoje repudia.

O senador garantiu que a tramitação da PEC paralela é compromisso do governo Luiz Inácio Lula da Silva.

Conforme disse, avanços em relação às regras de transição para servidores públicos, à paridade entre ativos e inativos e à isenção de contribuição para aposentados portadores de doenças incapacitantes não serão esquecidos.

HERÁCLITO FORTES



Roosevelt Pinheiro

PFL não deixará o trabalhador sem proteção

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) cobrou do governo Luiz Inácio Lula da Silva os compromissos de campanha feitos ao servidor, a quem foi prometido amparo, proteção e apoio. Para Heráclito, as mudanças em relação a esses compromissos caracterizam estelionato eleitoral, com o qual “o PFL não pode se conformar”. E prometeu: “O trabalhador brasileiro não está só, porque vamos defendê-lo”.

Ao observar o “comportamento ordeiro e respeitoso” das pessoas que lotavam as galerias do Senado, Heráclito lembrou a “balbúrdia que os opositores a Fernando Henrique Cardoso” faziam durante as votações, “xingando e atirando moedas” sobre os senadores.

– Certamente o nível da oposição melhorou bastante – ironizou.

TIÃO VIANA

Governo precisa das mudanças para poder agir

O relator da reforma da Previdência, senador Tião Viana (PT-AC), afirmou que o governo nada poderá fazer se não conseguir concluir as reformas previdenciária, trabalhista, judiciária, política e tributária. Ele destacou que as mudanças são decisões políticas que precisam ser tomadas, apesar de cada uma delas desagradar a um segmento da sociedade.

Tião Viana ressaltou que “governar é ter a ca-



Gerardo Magêlo

pacidade de fazer o que tem que ser feito”, mesmo que, muitas vezes, seja preciso contrariar interesses. Ele disse ter certeza de que estão sendo tomadas as medidas necessárias para mudar a realidade do país, e manifestou convicção de que a sociedade aceita sacrifícios que levem à melhoria da qualidade de vida. O Brasil, completou, tem de promover as reformas estruturais do Estado.

RENAN CALHEIROS

PEC paralela – garantiu.

O senador lembrou que alguns países levaram dez, 20 e até 30 anos para reformar a Previdência Social. Aqui mesmo no Brasil, afirmou, o assunto já está em discussão há dez anos.

– Vamos sair daqui mais tristes do que chegamos, mas o Estado brasileiro precisa ser reformado, e esse é o primeiro passo para a modernização, que inclui a reforma do Judiciário, a tributária e a eleitoral, a mãe de todas as reformas.

O senador observou ainda que há dois gargalos básicos no Brasil: a dívida pública e a Previdência Social.



Roosevelt Pinheiro

PMDB vota a favor da governabilidade

O líder do PMDB, senador Renan Calheiros (AL), disse que seu partido votaria a favor da governabilidade, mas não por interesse em cargos ou benesses federais.

– Nosso compromisso é com a racionalidade administrativa, com o que precisa ser feito. E vamos corrigir distorções com a

Senado mantém apenas um fundo complementar

O Plenário do Senado rejeitou ontem, por 46 votos a 32, a emenda de autoria do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), apresentada à reforma da Previdência, que propunha a criação de três fundos de previdência complementar públicos (um para cada Poder) e dava aos servidores públicos o direito de escolher um fundo da iniciativa privada.

A proposta elaborada pelo

governo prevê a instituição de um único fundo público de previdência complementar para os servidores.

Jorge Bornhausen disse que a emenda, ao criar um fundo para o Executivo, um para o Legislativo e outro para o Judiciário, daria liberdade ao servidor. Além disso, assinalou, o funcionário público poderia optar por um fundo privado. O senador José Agripino (PFL-

RN) afirmou que a preocupação do PFL é com o servidor e com o estabelecimento de referências que mostrassem qual dos fundos é mais eficiente.

Já o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), argumentou que a maior garantia do servidor público é o Estado, que em última instância garante os recursos. Ele defendeu a existência de um único fundo público complementar.



Célio Azeredo

DECISÃO Plenário rejeitou a emenda que instituía três fundos de previdência complementar no serviço público, um para cada Poder

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Eduardo Siqueira Campos e Papaléo Paes